

# HISTÓRIA E HABITAÇÃO EM ITU (SP): DESENVOLVIMENTO, CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

*HISTORY AND HOUSING IN THE CITY OF ITU (STATE OF SÃO PAULO):  
DEVELOPMENT, LIVING AND WORKING CONDITIONS*

Débora de Oliveira MOZ<sup>1</sup>  
Doraci Alves LOPES<sup>2</sup>

## RESUMO

*O objetivo deste artigo é analisar determinados processos importantes da história da habitação de Itu (SP) através do estudo das mudanças ocorridas no desenvolvimento econômico local e nacional, destacando determinadas características das condições de vida e de trabalho no município. A origem deste trabalho se deveu a uma pesquisa sobre direitos sociais e história da habitação em Itu, tomando por base o estudo de uma das maiores favelas da cidade, situada na Vila Lucinda, conhecida pelo mesmo nome. A pesquisa revela certas lacunas de reflexões históricas sobre o modo de vida das classes trabalhadores da cidade durante a busca documental e bibliográfica realizada.*

**Palavras-chave:** história e habitação; classes trabalhadoras.

## ABSTRACT

*This article analyses some relevant processes in the history of housing in Itu (São Paulo) by looking at the changes in the local and national economic development with emphasis on some particular patterns of the living and working conditions in the city. This article derives from a research work conducted on social rights and the history of housing in Itu, based on the study of one of the largest shantytowns in the city, which is situated in Vila Lucinda and known by the same name. The research revealed some lacunas as regards historical reflections on the lifestyle of the working class during document and bibliographic search.*

**Key words:** history of housing ; working class.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar determinados processos importantes da história da habitação de Itu (SP)

através do estudo das mudanças ocorridas no desenvolvimento econômico local e nacional, destacando certas características das condições de vida e de trabalho no município.

<sup>(1)</sup> Bacharel e Licenciada pela Faculdade de Ciências Sociais (2006). Bolsista Iniciação Científica 2005-2006/ LESEC, CCH – PUC-Campinas.  
E-mail: deboramoz@hotmail.com

<sup>(2)</sup> Professora Faculdade de Ciências Sociais e pesquisadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania/LESEC, CCH, PUC-Campinas.  
E-mail: doraci@puc-campinas.edu.br

A origem do artigo é parte de uma pesquisa sobre *direitos sociais e história da habitação* em Itu, tomando por base o estudo de uma favela situada na Vila Lucinda, conhecida pelo mesmo nome, que vivenciou um processo de transferência para uma parte de seus moradores, que estavam em área de risco, no ano de 2001. Foram pesquisados vários arquivos e bibliotecas em busca de documentos, dados e bibliografia tanto em Itu, como em Sorocaba e Campinas, além de vários sites, como os do IBGE, SEADE, entre outros, para que a pesquisa buscasse uma dimensão regional e nacional de sua importância e não se restringisse ao espaço físico do município (GODOY & MEDRANO, 2006).

Para pensar tempos históricos diversos sobre habitação e classes trabalhadoras de Itu, iniciamos com alguns dados recentes sobre a cidade antes de recuar no passado. A cidade tem uma população estimada de 152.941 habitantes, correspondentes a um total de 38.942 domicílios residenciais segundo o IBGE<sup>3</sup>, sendo que, deste universo, em torno de 201 famílias residem em seis favelas da cidade, conforme dados da Secretaria Municipal de Habitação em 2006. Se considerarmos como “domicílios residenciais” as moradias em favelas, isto corresponde a cerca de 5% do total dos domicílios da cidade. A favela da Vila Lucinda é uma das mais representativas, com 67 famílias, a maior de todas as outras favelas, mesmo tendo passado por um processo de desfavelamento parcial em 2001.<sup>4</sup>

## História, desenvolvimento e habitação

É possível compreender melhor os processos de mudanças pelos quais passaram as cidades e a habitação do país e a de Itu ao se resgatar estudos de diferentes e representativos autores, como Octavio Ianni (1988), Luis F.F. Kowarick (1993), Nabil G. Bonduki (1994), João Toscano (1981), entre outros, que auxiliaram na tarefa de revelar traços característicos de desenvolvimento econômico local e nacional, levando-se em consideração ainda as questões de condições de vida e de trabalho na cidade.

O livro “*Uma cidade antiga*”, por exemplo, da coleção Tempo e Memória do Centro de Memória da Unicamp, escrito pelo sociólogo Octavio Ianni (1988) é de

extrema importância, estudo que chama de “*breve história da cidade*”. O autor dá ênfase em certas atividades econômicas, mas também destaca certas realizações culturais, como as do período colonial, em que predomina no local a “*cultura caipira*”, a festa do Divino, o samba de terreiro, entre outros.

“... são moradores, *sitiantes, roceiros que vivem da subsistência em seus pequenos sítios, com sua cultura própria, técnicas de trabalho, casas de sapé ou taipa, procissões, falares e cantares*” (IANNI, 1988: P.63).

A região onde está Itu era uma sesmária conhecida como terras de Pirapitingui, a construção de uma capela em 1610 marca a fundação da cidade, a antiga capela de Nossa Senhora da Calendária, hoje igreja do Bom Jesus.<sup>5</sup>

A região é considerada uma conseqüência da expansão da capitania de São Paulo, porque Itu era um ponto de apoio e de ligação entre os bandeirantes e os sertões mineiros. A captura de índios e a busca de pedras preciosas fizeram com que a economia da até então Vila Utu-Guaçu se desenvolvesse de forma a suprir as necessidades do povoado durante os anos de 1610-1750. A subsistência definiu o tipo da lavoura que se desenvolvia no período colonial e que de certa maneira modelava o modo de vida dos moradores que se fixavam na região, em modestas moradias rurais. Uma *cultura caipira* apoiada em pequenas roças e criações era desenvolvida, formada principalmente por brancos, índios e mamelucos. (IANNI, 1988).

Um outro trabalho importante a ser destacado é a dissertação de mestrado “*Itu/Centro Histórico: Estudos para preservação*”, de João Walter Toscano, apresentada em 1981 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O autor tem como objetivo discutir a história da arquitetura de Itu, analisando e sugerindo algumas reformas para preservação do centro histórico e cultural da cidade.

Um interessante levantamento do autor revela que Itu no ano de 1665, a vila contava com um total de 300 casas e, até cerca de 1750, não apresentou modificações em sua estrutura arquitetônica. O eixo principal do centro da cidade permanece, trata-se da ligação entre as Praças

<sup>3</sup> Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000. NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001. Atualizado 2005.

<sup>4</sup> Favelas em números de famílias: Jardim Aeroporto 57; Favela Novo Itu 54; Cortiço PRODEMI 10; Favela do Canguiri 7; Favela da Carolina 6. Fonte: Secretaria Municipal de Habitação. 2006.

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.prefeituraiu.com.br/tur\\_historia.asp](http://www.prefeituraiu.com.br/tur_historia.asp)

Anchieta, Padre Miguel e da Independência, por vias paralelas.<sup>6</sup>

Octavio Ianni afirma que, ao longo de 1750-1850, com o cultivo e exportações do açúcar, passa a emergir uma aristocracia local com escravos africanos. São então os engenhos que *florescem* na paisagem rural, com igrejas e casarões de estilo *bandeiristas*, que expandem sua arquitetura também na paisagem urbana. Neste período, Itu se tornou o maior centro produtor de açúcar da capitania de São Paulo, sendo considerada uma das vilas mais ricas, prósperas e populosas do Estado na época. Esse crescimento pode ser observado na tabela 1, que foi elaborada a partir dos dados levantados por Maria T. S. Petrone, no livro “*A lavoura canavieira em São Paulo*” (1968) e que estão sendo discutidos por Ianni (1988) em seu livro.

**Tabela 1**

Ano	Nº de engenhos	Produção de açúcar (em arrobas)
1776	25	-
1797	-	50.000
1798	107	64.809
1789	113	73.506
1803	130	80.000
1836	98	91.965

É possível perceber que o crescimento da produção foi considerável mesmo com a redução do número de engenhos entre os anos de 1803-1836. De acordo com o estudo de Maria T.S. Petrone (1968), Itu perdia em número de produção de açúcar apenas para a cidade de Campinas, que produzia 158.447 arrobas de açúcar no mesmo ano de 1836, ainda conforme destaques de Ianni (1988) sobre a autora.

A expansão do núcleo urbano ocorreu igualmente neste período devido à prosperidade econômica, o crescimento demográfico e o aumento de escravos.

*“Em 1766-69 havia na vila de Itu um total de 2.758 habitantes; e os escravos somavam-se 1.230 pessoas. Em 1776, contava Itu com sete lojas de secos molhados, sete sapatarias, sete carpintarias, sete alfaiates, cinco latoeiros, três tecelões e vinte e seis engenhos de açúcar e aguardente, assim contam o recenseamento”* (IANNI, 1988: p28).

Em 1773 a população urbana total da vila alcançava 4.748 habitantes, dos quais 1.010 eram escravos. E a população rural, vivendo nos sítios, fazendas, trabalhando nos canaviais e roças, somava 10.740 habitantes, dos quais 3.353 eram escravos, população que aumentava de acordo com a economia canavieira, o que significa um universo total de 15.488 habitantes no final do século XVIII.

Desde meados do século XIX um novo revigotamento da sociedade ituana acontece com o início da economia cafeeira e uma produção menor da cultura do algodão. A cidade passa a receber um fluxo imigratório, particularmente de italianos para o trabalho na lavoura. Também chega a ferrovia, alterando costumes e quebrando o isolamento parcial da cidade na região e com a capital, através da Companhia Ituana de Estrada de Ferro, com importância principal na exportação do café. A primeira tecelagem em Itu é instalada, a Fábrica São Luiz, inaugurada em 1869, que conseguiu maior estabilidade do que outras tecelagens, tendo subsistido até a década de 1950. Contou com maquinaria importada da América do Norte e foi financiada por produtores de algodão da região.

Os autores Tatiana de Almeida Amábile e Artur José Renda Vitorino, no artigo *Imigração e Escravidão no Oeste Paulista (1864-1888)* (2005), demonstram a diferença entre os produtores de café do Vale do Paraíba dos da região do Oeste Paulista. A substituição do cultivo do açúcar pelo do café no Oeste Paulista ocorreu em conjunto com outras mudanças, os fazendeiros modificaram também as condições de produção coloniais, implantando um sistema com características capitalistas. Passaram a criar iniciativas diversas, como um processo de imigração da mão de obra européia, a utilização de máquinas, etc. Por outro lado, no Vale do Paraíba, os fazendeiros se endividaram, permaneceram no sistema de produção colonial, com mão de obra escrava, com crises de produção, entre outros fatores.

*“Com a proibição do tráfico e a ameaça da abolição, o escravo foi se tornando cada vez mais caro e de difícil aquisição”* (AMÁBILE & VITORINO, 2005: p.474).

Itu em meados do século XIX era uma referência em termos de negócios de exportação, sendo considerada a cidade mais rica da Província de São Paulo, com importante participação política no contexto nacional. Não por acaso, com a crise do mercado internacional de açúcar, os fazendeiros locais se rebelam contra o Império e desencadeiam o movimento republicano. Em 1873, acontece a

<sup>(6)</sup> TOSCANO (1981); Ver também: <http://www.itu.sp.gov.br/mapa.jpg>

Primeira Convenção Republicana do país, sendo a cidade considerada o “Berço da República” do país.<sup>7</sup>

A partir da abolição da escravidão em 1888, emergem um contingente de trabalhadores livres, que eram chamados de “colonos”, e imprimem um modo de vida culturalmente diferente da *cultura caipira*, própria da economia de subsistência, já existente na região. Os “colonos” moravam em agrupamentos de famílias, cujos membros ativos, homens e mulheres, adultos e menores, dedicavam-se no cultivo e trato do café, o trabalhador *tinha o direito de utilizar um canto de terra para plantar uma pequena horta, ou roça, ou alguma criação...* (IANNI, 1988:53).

Chamados de *trabalhadores livres*, o que pressupunha um salário, na verdade recebiam um pagamento de acordo com tarefas ou empreitadas terminadas, em vez de receberem por mês, por semana ou por dia trabalhado. Esse sistema de colonato como forma de organização social predominou em Itu durante os anos de 1888-1930. De acordo com as referências sobre as moradias e o modo de vida dos colonos nas fazendas, cada família esperava ter uma casa relativamente confortável com três ou quatro cômodos e uma cozinha, água encanada ou uma fonte próxima. Também necessitava da permissão do proprietário da terra para fazer um chiqueiro de porcos e, ainda em certos casos, obter consentimento para manter várias cabras, uma vaca de leite e um animal de sela (IANNI, 1988).

As aspirações dos imigrantes foram sendo frustradas sistematicamente, uma vez que desde a viagem até o sustento das famílias, tudo era deduzido do trabalho realizado em “*sistema de parceria*”. Muitos problemas e conflitos ocorriam afetando a produção, obrigando os fazendeiros paulistas a modificarem as formas de exploração do trabalho. Passam para o “*sistema de colonato*”, com contratos para receberem por alqueire. Os colonos plantavam em terras alugadas ou cedidas pelo proprietário, mas o contrato podia incluir, dependendo do caso, o aluguel de moradias e de pastos. (AMÁBILE & VITORINO, 2005: p.476 a 478).

Segundo Ianni (1988), as habitações dos colonos não eram dispersas pelo meio dos cafezais, mas formavam algo parecido com uma aldeia, de construção regular. Simultaneamente à moradia dos colonos, se encontrava também alguns núcleos de economia de subsistência em sítios, sitiocas, bairros rurais nos quais famílias caboclas ou caipiras, viviam de suas roças e criações, estabelecidas bem antes do sistema de colonato.

Outra indústria de tecelagem criada no ano de 1910 é a Fábrica São Pedro, como destaca João Toscano (1981). Essa indústria tinha algumas características das fábricas da capital que possuíam uma vila operária próxima às suas instalações para a habitação dos trabalhadores têxteis.

“São 60 casas para operários, embora ainda com *infra-estrutura precária, com iniciativa apoiada na isenção de impostos (exceto as taxas de água) estabelecida por lei municipal.*” (TOSCANO 1981: p.44).

Os estudos históricos e sociológicos sobre vilas operárias no Brasil são inúmeros, como os de Nabil G. Bonduki, em “*Origens da Habitação no Brasil*”, publicado na revista *Análise Social* (1994), que descreve como se formaram e a importância das vilas operárias no desenvolvimento urbano das cidades, como em São Paulo, por exemplo. Segundo o autor, foi no contexto da República Velha (1889-1930) que surgiram as “vilas operárias”, um conjunto de casas construídas pelas indústrias, isentas de aluguel ou então cobrando um baixo preço de aluguel dos operários das fábricas. Esta forma de trabalho associada à moradia facilitava medidas coercitivas dos industriais contra os operários, utilizadas para conter greves, e podia combinar demissão do trabalho com o despejo dos operários grevistas, procurando manter os trabalhadores sempre vulneráveis, uma vez que moravam praticamente no próprio local de trabalho.

Conforme Ianni (1988), desde a grande crise econômica mundial, iniciada em outubro de 1929, com a crise da Bolsa de New York, a cafeicultura ingressou em um ciclo de decadência. Essa decadência, já estava acontecendo em Itu e região, mesmo antes da crise, por causa da superprodução da lavoura do café, acompanhada de um esgotamento das terras plantadas e geadas. Esta realidade forçou os fazendeiros a mudar de monocultura para a policultura, ou mesmo entregar ou vender suas terras para pagar as dívidas com os colonos. Ao lado dos fazendeiros, colonos e caipiras surge uma pequena burguesia rural, formada por pequenos proprietários. Aos poucos, cresceram a cidade e as atividades industriais, comerciais, de transportes, sociais, educacionais e outras. A vida urbana passa a ter preeminência sobre o campo, enquanto centro de atividades econômicas.

A partir da década de 1930, portanto, período do populismo, a sociedade de Itu vivencia uma alteração significativa em sua agricultura, mas desenvolve alguma

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.prefeituraitu.com.br/tur\\_historia.asp](http://www.prefeituraitu.com.br/tur_historia.asp)

industrialização, modificando a sua estrutura econômica e social, emergindo classes sociais de base urbano-industrial, sendo influenciadas pela indústria cultural nascente no país. A sociedade local passa a integrar o estilo de vida da “*sociedade de massas, ganhou ares de cidade*” (IANNI, 1988: p.71).

Construímos outra tabela que resulta do livro de Ianni (1988) e de dados levantados da Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados/SEADE<sup>8</sup>, para expressar alguns elementos dessa transformação estrutural que ocorreu na cidade desde a crise da economia cafeeira até a industrialização que atingiu a região, próxima da capital, com influência direta na sociedade ituana entre as décadas de 1920 e 1970.

Tabela 2

Ano	Pop. ativa urbana	Pop. ativa Rural	Total
1920	1.218	6.020	7.238
1940	1.926	4.877	6.803
1970	15.180	9.977	25.157

O decréscimo populacional do município, nos anos próximos a 1940 se deveu ao início da expansão urbano-industrial da capital do Estado que demandava muita mão de obra, gerando uma migração para o maior centro industrial do país, localizado relativamente próximo a Itu.

É possível perceber que esta emigração sofre um movimento contrário a partir da década de 1970, em um processo de “*periferização*” (KOWARICK, 1997) característico da expansão das grandes cidades brasileiras, como São Paulo. A população pobre se desloca para o interior em busca de melhores condições de vida, tentando acesso a terra e a moradia. Tal processo caminha, contudo, em dois sentidos: avança para as bordas da malha urbana e densifica o núcleo metropolitano, ocupando terrenos que se situam às margens do mercado imobiliário; ou emigram para cidades do interior.

A reflexão sobre a intensificação das desigualdades sociais no país continua em busca de fundamentos na

realidade social concreta. Mas convém resgatar certas discussões para compreender a formação ou expansão de favelas, a partir das décadas de 1960 e 1970, que podem ser analisadas de diferentes perspectivas teóricas. Uma das mais relevantes contribuições para entender o fenômeno naquele período é a de Lucio Kowarick, em *O Preço do Progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana* (1985). O autor explica que a combinação do binômio “crescimento e pobreza” na estratégia de desenvolvimento do pós-1964 provoca a “*espoliação urbana*”, processo que envolve a análise das condições de vida e de trabalho, questões de reconhecida amplitude e complexidade para o estudo destas realidades sociais.

O autor critica a forma como os “problemas urbanos” muitas vezes são analisados, limitando-se a medir os padrões de renda e observar as questões de consumo individuais, dissociando-os do processo de acumulação capitalista mais geral. Em síntese, o conceito de “*espoliação urbana*” significa que se trata de um conjunto de ...

“...*extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.*” (KOWARICK, 1985: p. 34)

A emigração da capital de São Paulo veio acompanhada, portanto, do processo de industrialização de outras cidades que, devido às facilidades oferecidas pelos governos municipais, tais como: terreno, auxílios fiscais, creditícios, de comunicação e de transportes, além de outras, atraem novas indústrias que se instalaram no interior paulista.

Segundo dados do SEADE, o crescimento econômico de Itu tornou-se bastante notável, o total da população ativa era de 25.657 no ano de 1980, e refere-se apenas à indústria e ao comércio. A tabela a seguir demonstra o crescimento de indústrias instaladas na cidade de Itu durante um século. Foi construída reunindo dados tanto de IANNI (1988), como da prefeitura de Itu.<sup>10</sup>

<sup>(8)</sup> Fontes: (IANNI, 1988) e Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, SP, SEADE – Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados. p.366-367, 1991.

<sup>(9)</sup> Ver também: KOWARICK, L. A Espoliação Urbana, 1980.

<sup>(10)</sup> Fonte. (IANNI,1988). Consultar também “Ytu”. Prefeitura Municipal de Itu (1998-2003).

Disponível em <http://www.prefeituraitu.com.br/ytu.htm>

Tabela 3

Ano	Quantidade de indústrias instaladas
1869 - 1950	10
1950 - 1960	20
1960 - 1970	43

É importante notarmos as mudanças na urbanização da cidade de Itu no que se refere ao surgimento de novos bairros, de acordo com o processo contínuo de instalação de indústrias na cidade. Os Bairros Cidade Nova e Vila Martins, por exemplo, estão próximos da cidade de Sorocaba, e surgiram após a instalação das empresas “CCE”, “Jacuzzi do Brasil” e “Café Ituano”, na década de 1980, localizadas na Rodovia Waldomiro Corrêa que liga Itu a Sorocaba.

Outro exemplo é o da Vila Lucinda, objeto de nosso estudo, que se formou na década de 1990, a partir da instalação das indústrias “Instalações Cerâmicas de Itu S/A”, componente do “Grupo Verdes” (1973), “Cerâmica Villatex” (1976), “Singer do Brasil S.A” (1990), conforme informações que constam nos sites das empresas.

Como nos referimos no início, no bairro da Vila Lucinda está situada uma grande favela para os padrões de urbanização de Itu. Contava no ano de 2001 com aproximadamente 200 barracos, instalados ao longo da antiga linha de trem da Estrada de Ferro Sorocabana, que parou de passar pelo local na década de 1980.<sup>11</sup>

A partir de um cadastramento oficial e a formação de uma “comissão” conjunta de moradores e prefeitura, foi feito um processo de remoção, parte de uma política pública habitacional de desfavelamento mais geral do município, de financiamento de “casa própria”.

Conforme a Secretaria da Habitação informou em 2006, foram removidas da favela da Vila Lucinda aproximadamente 100 famílias consideradas em “área de risco”, a favela continua a existir com cerca de 67 famílias.

Foram alojadas 35 famílias, “temporariamente”, conforme indicação oficial, em um prédio municipal à venda na época, conhecido como PRODEMI (Programa de Desenvolvimento do Município de Itu); outras 25 famílias foram para o Conjunto “Vida Nova”, próximo da cidade Sorocaba; 30 famílias para o Conjunto “Novo Milênio” no

bairro Vila Lucinda; 10 famílias para o Conjunto “Bom Pastor”, no norte da cidade; outras duas famílias para o Conjunto do Jardim Vitória, próximo ao centro da cidade. Todos estes Conjuntos são do Programa de Moradia PROMO, as moradias são financiadas pelo poder público municipal.

Um outro conjunto de famílias removidas foi para o Conjunto “Mario Covas”, Programa “Sonho Meu”, no bairro Vila Lucinda, adquirindo financiamento do CDHU, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, empresa do Governo Estadual, cujo objetivo é atender famílias com renda na faixa de 1 a 10 salários mínimos.

Ao pesquisarmos este Conjunto do CDHU em 2006, para localizar famílias removidas da favela da Vila Lucinda, em uma amostra de 89 apartamentos, de um total de 240 unidades financiadas, com valores que variam entre R\$ 60,00 e R\$ 200,00 mensais, verificamos que, pelo menos um terço (30) revelaram não serem os primeiros moradores a adquirirem o financiamento. Igualmente, outro um terço de mutuários estavam com várias parcelas atrasadas, na expectativa de serem despejados. Entre estes mutuários, apenas duas famílias da amostra eram da referida favela e admitiram que, em caso de despejo, voltarão a viver em favelas.<sup>12</sup>

O prédio conhecido como “PRODEMI”, por sua vez, na região central da cidade, onde funciona um posto da Guarda Municipal, tem um de seus blocos ocupados por essas 35 famílias removidas da citada favela, que não tinham condições de adquirir qualquer financiamento. Na verdade transformou-se em um cortiço, “*moradia popular coletiva de pequenas células insalubres, de área reduzida e precárias condições habitacionais...*” (BONDUKI, 1994: p.713).

Como é possível perceber, Itu também revela as conseqüências de uma realidade mais ampla e complexa, todos estes moradores são trabalhadores que vivenciam o modo de vida provisório, trabalho temporário, informal, e moradia precária, sejam cortiçados, mutuários ou favelados. São expressões de políticas habitacionais já debatidas pela produção acadêmica e que demonstram exaustivamente, desde a época do BNH na década de 1970, que estes modelos de desfavelamentos e de “financiamento de casa própria” estão falidos para certos setores das classes

<sup>(11)</sup> Museu da Estrada de ferro Sorocabano. [www.efsorocabana.hpg.ig.com.br](http://www.efsorocabana.hpg.ig.com.br)

<sup>(12)</sup> Sobre o significado dos despejos (LOPES, 1997b; LOPES, 2002)

trabalhadoras urbanas. (VALLADARES, 1980; 1ª Edição 1978).

Uma das únicas alternativas de resistência que se encontra entre estes trabalhadores são práticas e estratégias de sobrevivência na pobreza (TELLES, 1993) fundada na solidariedade em seus espaços vividos, como a habitação de várias famílias sob um mesmo teto, sociabilidades carregadas de tensões e ambigüidades, entre tantas outras alternativas criadas para enfrentar tanto a crise contemporânea da sociedade de trabalho como políticas públicas habitacionais questionáveis do ponto de vista da cidadania.

## Considerações Finais

O trabalho de pesquisa sobre história e habitação em Itu durante o período de 2005 e 2006 revelou que existe certa lacuna de estudos locais mais voltados para a história das classes trabalhadoras, suas condições de vida e de trabalho, o mesmo não ocorrendo com outros temas, mais voltados para as classes dirigentes locais e regionais.

Quanto ao tema mais específico da habitação popular e a questão dos direitos sociais é preciso dizer que a falta de uma discussão histórica mais aprofundada dificulta uma compreensão maior das políticas públicas urbanas em andamento e a democratização das mesmas, que envolve a participação popular, inclusive prevista em lei, de modo a favorecer interesses públicos mais amplos, que amplie a legitimidade do que tem sido feito pelo poder público para as classes trabalhadoras do Brasil.

Encerramos lembrando que, em 2006, Itu apresentou uma demanda de 5.300 “pré-inscritos” em programas habitacionais da Prefeitura, segundo informações da Secretaria de Habitação. O que significa que além de favelados, muitos outros setores das classes trabalhadoras da cidade nutrem expectativas pelo direito humano a moradia. É interessante sublinhar que a Prefeitura reconhece que está enfrentando situações de conflitos com moradores que se negam a serem removidos conforme os projetos definidos de desfavelamento do município. No plano nacional e internacional são muitos os órgãos públicos, estudos, entidades civis e observatórios diversos que vem documentando e analisando as mudanças legais, projetos governamentais em habitação e atuações de movimentos sociais nesta área.<sup>13</sup>

## Referências Bibliográficas

- AMÁBILE, Tatiana de A. & VITORINO, Arthur J. R. Imigração e Escravidão no Oeste Paulista (1864-1888). In *Revista Notícia bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 199, p. 471-487, outubro/dezembro de 2005.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Revista Análise Social*, São Paulo, v. XXIX (127), p. 711-732, 1994.
- GODOY, João Miguel T. & MEDRANO, Lilia Inês Z. de. Região, História e Memória. In *Campinas: visões de sua História*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2006.
- IANNI, Octávio. *Cidade Antiga*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo; Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1998.
- KOWARICK, L. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaço & Debates* (Revista de Estudos Urbanos), São Paulo, n. 40, p. 105 a 113, 1997.
- \_\_\_\_\_, O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana. In *Cidade, Povo e Poder*. José Álvaro Moisés et. al., Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro (coleção CEDEC/Paz e terra; v.5), 1985.
- \_\_\_\_\_, *A Espoliação Urbana*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- LOPES, Doraci Alves. *Trabalhadores Sem Teto e Habitação Provisória: vivência acerca dos processos de perda de moradia urbana*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.
- \_\_\_\_\_. Casa, Despejo e cultura do habitar. in *Cadernos do CERU*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo: CERU/USP, n.13, p.193-209, 2002.
- TELLES, Vera. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. In *Cadernos do CRH*, Salvador, nº 19, p.8-21, jul/dez 1993.
- TOSCANO, João. *Itu, Centro Histórico: estudos para preservação*. (Tese de Mestrado), FAU-Universidade de São Paulo, 1981.
- VALLADARES, L.P. Figueiredo, *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1980 (1ª ed. 1978).

<sup>(13)</sup> *O Direito à Moradia no Brasil. Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro*. Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional da ONU, 29 de maio a 12 de junho de 2004. [http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_166.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_166.pdf). Acesso novembro de 2006.

